

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 4, DE 18 de Janeiro de 2021

"CONCEDE INCENTIVO FINANCEIRO À EMPRESA PAULO C L HAMMES, COM BASE NA LEI MUNICIPAL N° 3.314/2020, QUE INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE IVOTI."

MARTIN CESAR KALKMANN, Prefeito Municipal de Ivoti. Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Considerando a função social e a expressão econômica, bem como as perdas sofridas durante o período de Calamidade Pública devido à pandemia COVID 19, fica autorizada a concessão de incentivos fiscais à empresa abaixo listada, que está instalada no Município, observada a Lei Municipal nº 3.314, de 30 de junho de 2020, nos termos, prazos e condicionantes da mesma.

Protocolo	CNPJ	Razão Social	Valor do Incentivo	Prazo
9068/2020	97.243.539/0001-03	Paulo C L Hammes	R\$ 524,00	6 meses

Art. 2º Como contraprestação ao recebimento dos incentivos, a empresa se compromete a:

- I manter-se instalada no Município pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos a contar do encerramento da concessão de incentivo;
- II manter ou expandir o quantitativo de funcionários, pelo período de concessão dos incentivos.
- Art. 3º A concessão dos incentivos de que trata essa Lei somente iniciará após a celebração de Termo de Compromisso, constante no Anexo I,



entre o Município e a empresa, o qual obrigatoriamente deverá observar as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 2514/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e suas alterações.

Parágrafo único. A concessão dos incentivos fica condicionada à comprovação da regularização das licenças junto ao Município.

Art. 4º Os incentivos e as contraprestações descritos serão executados e fiscalizados pela Secretaria de Desenvolvimento do Município.

Parágrafo único. Fica a empresa obrigada a entregar na Secretaria de Desenvolvimento do Município a relação de funcionários e GFIP por competência, mensalmente.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INCENTIVOS

3.3.60.00.00.00.00 - Transferências à Instituições Privadas com Fins Lucrativos

Art. 6º O não atendimento às obrigações constantes nesta Lei autoriza o Município a buscar o ressarcimento dos incentivos concedidos, estes acrescidos de atualização monetária pelo Índice ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, juros e multa, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 2514/2010 e suas alterações, especialmente o § 3º do artigo 2º e artigo 9º.

Parágrafo único. Os sócios e/ou os proprietários da empresa compromissada, ficam solidariamente responsáveis, juntamente com esta, pelo integral cumprimento das condições estabelecidas neste Termo, bem como, por eventual ressarcimento aos cofres da Municipalidade, nos termos do artigo 6º, da Lei Municipal nº 3314/2020.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ivoti,

MARTIN CESAR KALKMANN
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO - CONCESSÃO DE INCENTIVOS

TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS que entre si celebram, MUNICÍPIO DE IVOTI, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido nesta cidade, à Av. Presidente Lucena, nº 3527, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Martin Cesar Kalkmann, e XXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXXX e inscrito no CPF XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua, nº, bairro, Cidade - RS, em conformidade com a Lei Municipal nº 3314, de 30 de junho de 2020 e Lei Municipal nº XXXX, de XX de XXXX de XXXX, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- O MUNICÍPIO DE IVOTI, considerando a função social e a expressão econômica, concederá à empresa, os incentivos abaixo identificados, com fundamento no artigo 2º, alínea a, da Lei Municipal nº 3314/2020, combinada com a Lei Municipal nº XXXX, de XX de XXXX de XXXX:
- a) XXX URM (Unidade de Referência Municipal) mensais, limitado ao período de até XX (XXXX) meses a contar da data da assinatura do presente Termo de Compromisso;
- § 1º O pagamento da participação nas despesas com aluguel de imóvel se dará no mês subsequente ao do aluguel vencido, mediante depósito em conta indicada pela empresa beneficiária, após comprovação, por esta, do pagamento ao Locador.
- § 2º Os incentivos descritos serão executados e fiscalizados pela Secretaria de Desenvolvimento do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Como contraprestação aos incentivos concedidos, a empresa XXXXXXXX compromete-se a:

- a) manter-se instalada no Município pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos a contar do encerramento do incentivo;
- b) manter XX (XXXX) ou mais postos de trabalho diretos inicialmente propostos, demonstrando mensalmente tal situação através da apresentação da GFIP, destinando no mínimo 60% (sessenta por cento) das vagas para os munícipes

Trans.

de Ivoti;

CLÁUSULA TERCEIRA:

Caso a empresa não atenda às exigências previstas na cláusula anterior, o MUNICÍPIO cancelará a concessão dos incentivos.

CLÁUSULA QUARTA:

O não atendimento às obrigações constantes neste Termo autoriza o Município a buscar o ressarcimento dos incentivos concedidos, estes acrescidos de atualização monetária pelo Índice ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, juros e multa, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 3314/2020 e suas alterações, especialmente artigo 6º.

Parágrafo único - Os sócios e/ou os proprietários da empresa compromissada, ficam solidariamente responsáveis, juntamente com esta, pelo integral cumprimento das condições estabelecidas neste Termo, bem como, por eventual ressarcimento aos cofres da Municipalidade, nos termos do artigo 6º, da Lei Municipal nº 3314/2020.

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes da aplicação do presente Termo correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no artigo 5°, da Lei Municipal nº 3314, de 30 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEXTA:

A concessão dos incentivos de que trata o presente Termo de Compromisso ocorrerá por XX (XXXX) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O não atendimento às obrigações constantes nesta Lei autoriza o Município a buscar o ressarcimento dos incentivos concedidos, estes acrescidos de atualização monetária pelo Índice ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, juros e multa, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 3314/2020, especialmente o artigo 6º.

Parágrafo único - Os sócios e/ou os proprietários da empresa compromissada, ficam solidariamente responsáveis, juntamente com esta, pelo integral cumprimento das condições estabelecidas neste Termo, bem como, por eventual ressarcimento aos cofres da Municipalidade, nos termos do artigo 6º, da Lei Municipal nº 3314/2020.

CLÁUSULA OITAVA:

As partes elegem o Foro da Comarca de Ivoti/RS para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.



E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeitura Municipal de Ivoti, XX de XXXX de XXXX.

Martin Cesar Kalkmann	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Prefeito Municipal	***************************************	
Testemunhas:		
1		
2		

MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a apresentação do Projeto de Lei, com base na queda de faturamento e consequentemente redução da oferta de empregos no Município.

Com o agravamento da situação da pandemia COVID 19 muitas empresas pequenas de nosso Município se viram forçadas a reduzir seu quadro de funcionários, gerando insegurança a muitas famílias para que se mantenham.

Com o auxílio prestado a essas empresas, tencionamos retomar o crescimento que vínhamos tendo da economia local, gerando novos postos de trabalho e principalmente, mantendo os atuais, fazendo com que a retomada do crescimento seja mais rápido e contínuo.

Atenciosamente,

Martin Cesar Kalkmann Prefeito Municipal